

BOAS PRÁTICAS



Quatro tons de plágio acadêmico

Índia lança diretrizes para punir apropriação de ideias em trabalhos científicos e propõe uma escala para avaliar a gravidade do problema

A University Grants Commission (UGC), órgão do governo da Índia que regulamenta e coordena o funcionamento de 867 universidades do país, lançou um conjunto de diretrizes para identificar e punir casos de plágio envolvendo artigos científicos, livros, monografias e teses. Entre as novas regras, que entraram em vigor no final de julho, tornou-se obrigatório para professores o uso de softwares de detecção de plágio em textos acadêmicos de seus alunos. As instituições também serão responsáveis por treinar estudantes, docentes e membros de seu corpo técnico para que possam utilizar essas ferramentas. Orientadores e supervisores deverão certificar que os trabalhos de seus alunos foram verificados por esse tipo de software e estão isentos de suspeitas. Nas

universidades, cada departamento terá de criar um painel para investigar acusações de plágio. Caberá a uma instância ligada a cada reitoria a análise de recursos contra a decisão dos painéis.

O plágio acadêmico é definido nas diretrizes da UGC como “tomar o trabalho ou a ideia de outra pessoa e apresentá-lo como sendo seu”. O órgão, no entanto, considerou que o problema pode ser matizado em quatro diferentes níveis – quanto mais extenso o plágio, mais severas devem ser as punições (*ver quadro*). O nível zero é aquele que em menos de 10% do conteúdo de um trabalho tem similaridades com outros textos que não foram admitidas pelo autor – até esse limite, não há penalidades previstas. Já quando a semelhança atinge mais de 60% de um trabalho acadêmico, as punições podem chegar ao cancelamento da matrícula do

estudante plagiador ou, se o acusado for um docente ou um pesquisador, a proibição de orientar ou supervisionar alunos por três anos. Infratores contumazes serão alvo de processos disciplinares e poderão ser demitidos.

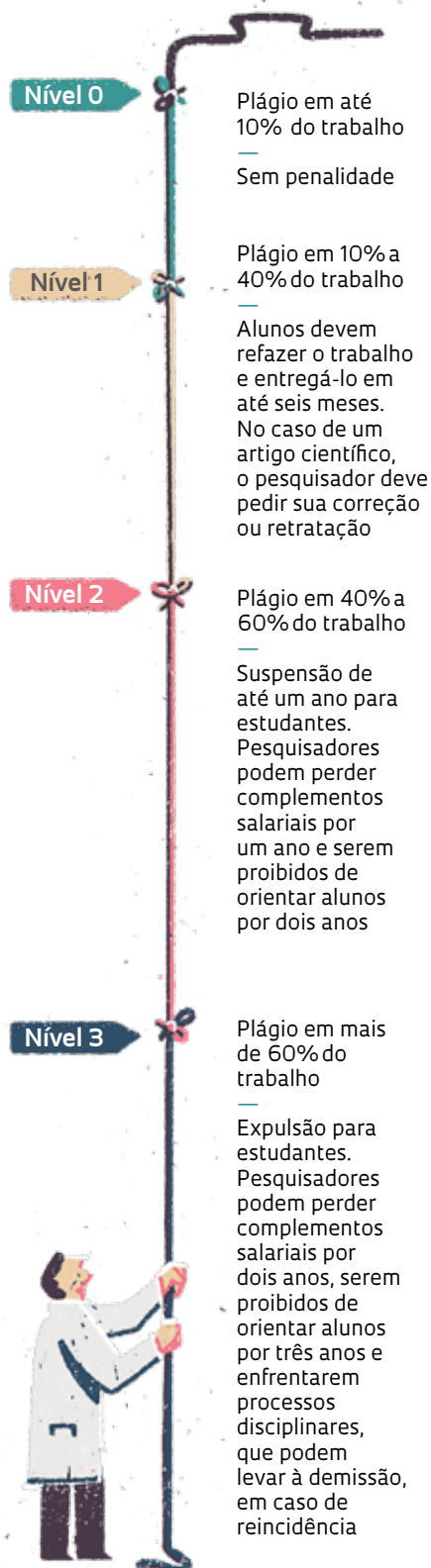
“A regulação é um passo necessário na direção certa”, disse à revista *Science* Virander Chauhan, chefe do Conselho Nacional de Avaliação e Acreditação, um braço da UGC. A comunidade científica indiana, no entanto, reagiu às diretrizes com críticas e ceticismo. O físico nuclear Valangiman Subramanian Ramamurthy, que dirigiu o Instituto Nacional de Estudos Avançados, em Bangalore, considerou impróprio estabelecer a escala com quatro níveis de plágio. “Isso não é aceitável, porque plágio é sempre plágio, não importa o tamanho”, disse à revista *Science*. Outros pesquisadores, ao contrário, consideram natural copiar outros trabalhos naqueles trechos de trabalhos acadêmicos que não requeiram originalidade. “Há um número limitado de maneiras de definir técnicas como ‘centrifugação’ ou ‘western blot’ e só vai gerar confusão se for exigido que cada pesquisador parafraseie essas definições a seu modo”, disse à *Science* Nandula Raghuram, professor de biotecnologia na Universidade Guru Gobind Singh Indraprastha. Ele não vê problema em que o plágio atinja até 90% das seções de um artigo científico dedicadas a métodos ou materiais, ao mesmo tempo que considera intolerável qualquer similaridade nos resultados, nas conclusões e no resumo de um artigo. Raghuram chama a atenção para outra limitação das regras – há pelo menos uma centena de universidades na Índia não vinculadas à UGC que não serão alcançadas pelas diretrizes.

PRECEDENTES

Casos de plágio envolvendo líderes de grupos de pesquisa causaram escândalo na comunidade acadêmica da Índia nos últimos anos. Em 2003, o vice-chanceler da Universidade Kumaun, o físico teórico B. S. Rajput,

Para não copiar e colar

O que dizem as diretrizes que as universidades da Índia devem seguir



renunciou ao cargo após uma investigação comprovar que vários de seus artigos continham trechos plagiados. Pelo menos um deles, publicado em 2002 na revista *Europhysics Letters*, fora integralmente copiado de um *paper* divulgado seis anos antes no periódico *Physical Review D* por um grupo da Universidade Stanford, dos Estados Unidos. Em 2007, o químico P. Chiranjeevi foi proibido de orientar alunos da Universidade Sri Venkateswara, ante as evidências de que 70 artigos de sua autoria tinham pedaços plagiados. Em 2016, a vice-chanceler da Universidade de Pondicherry, Chandra Krishnamurthy, renunciou quando se descobriu que um livro de sua autoria copiara extensos trechos de outras obras. Ela também mencionara em seu currículo oficial dois livros que jamais escreveu.

Um editorial publicado no jornal *Hindustan Times* enumerou causas do problema, a começar pela permissividade do sistema escolar com o hábito dos estudantes de copiar sem citar fontes, agravada nos últimos anos pelo fácil acesso à internet. No contexto acadêmico, a falta de regras que combatam de modo firme esse tipo de má conduta e o desinteresse em coibir os plagiadores também são fatores importantes. “Instituições de ensino superior, que deveriam incentivar os alunos a buscar a originalidade, na verdade não querem punir os envolvidos com plágio. As novas regras devem mudar isso”, informa o texto do jornal. Para Kasturi Chopra, presidente da Sociedade para Valores Científicos, em Nova Délhi, entidade dedicada à promoção da ética na ciência, o foco no plágio acadêmico é insuficiente para garantir a integridade científica. “Ficaram de fora das diretrizes outras formas de má conduta acadêmica tão sérias quanto o plágio, como o autoplágio, a falsificação e a manipulação de dados”, disse Chopra à revista *Nature*. ■

Fabrice Marques

Quando a má conduta é a negligência

O neurocientista norte-americano Christian Kreipke, demitido em 2012 por má conduta da Wayne State University e do Veteran Affairs Medical Center, ambos na cidade de Detroit, Estados Unidos, conseguiu reverter parcialmente a proibição de receber financiamento federal para pesquisa por 10 anos que havia sido determinada pelo Escritório de Integridade Científica (ORI), dos Estados Unidos. Em um veredicto de 126 páginas divulgado em julho, o juiz Keith Sickendick reduziu o banimento à metade – para cinco anos – por considerar que seriam 23, e não 64 como o ORI considerou, o número de provas de má conduta encontradas em dois artigos em que Kreipke foi o autor principal e em propostas e relatórios de três projetos de pesquisa que liderou. Entre as evidências, há dados inflados e imagens duplicadas.

O caso de Kreipke é notável porque não existem provas cabais de que ele seja o responsável direto pelas fraudes e duplicações – em sua defesa, disse que utilizou de boa-fé imagens produzidas por pesquisadores em quem confiava e também sustenta que parte das acusações foi fabricada pela Wayne State University, de quem se diz vítima de perseguição política. Ainda que isso seja verdade, Kreipke agiu de forma negligente ao não verificar a autenticidade das informações, o que configura má conduta, de acordo com a sentença. Conforme observou o advogado do neurocientista, Richard Goldstein, em um artigo publicado no site Retraction Watch, o veredicto dá concretude ao conceito de negligência, ao considerar que usar materiais produzidos por terceiros “sem cuidado e cautela apropriados” ou agir com indiferença ao risco de que esse material seja falso, fabricado ou plagiado são comportamentos



inaceitáveis para um cientista. Segundo o juiz, o pesquisador principal de um projeto ou o primeiro autor de um artigo científico respondem por seu conteúdo e precisam se esforçar para validar dados produzidos por terceiros. “Um pesquisador principal não pode simplesmente aceitar de forma acrítica que dados são representações precisas mesmo se vierem de colaboradores de longa data ou de colegas de seu próprio laboratório em quem confia”, escreveu Goldstein, para quem o caso poderá ser usado como parâmetro em outros julgamentos.

No ano passado, Kreipke havia obtido outra vitória, quando a Justiça determinou que lhe fosse devolvido o emprego no Veteran Affairs Medical Center, mas ele não retomou a carreira. Atualmente, trabalha em uma fábrica de pneus.

Relações impróprias

A Universities Australia, associação que reúne dirigentes de instituições de ensino superior do país, lançou um documento intitulado “Princípios para relações respeitadas de supervisão”, voltado para orientadores e alunos de mestrado e doutorado. A primeira regra da lista resume o espírito do documento e estabelece que “relacionamentos românticos ou sexuais entre supervisores e seus estudantes nunca são apropriados”. Segundo o texto, há um evidente desequilíbrio de poder em relações desse tipo, com a balança pendendo para o orientador, e isso compromete a atmosfera necessária para que estudantes atinjam seus objetivos acadêmicos. “Supervisores têm poder sobre seus alunos.

Um relacionamento sexual ou romântico desenvolvido nesse contexto levanta questões graves relacionadas a consentimento e integridade acadêmica”, disse Catriona Jackson, presidente da associação, no lançamento do documento – que também sugere a substituição da orientação individual por painéis de supervisão formados por vários professores e pede que as instituições sejam atenciosas quando receberem queixas de estudantes. Em 2017, um levantamento feito com 30 mil estudantes de universidades australianas mostrou que alunos de pós-graduação estão duas vezes mais sujeitos do que os de graduação a enfrentar assédio sexual por orientadores e professores.